



Opinião Econômica

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)



Quem ensina matemática aos nossos filhos?

Precisamos melhorar a formação dos professores, desde os cursos de licenciatura até os de formação continuada

Eu adorava passear com a minha mãe quando era criança e podia que ela me desse contas para eu resolver. Para mim, era uma diversão. No sexto ano, tive algumas dificuldades em matemática e acabei precisando de aulas particulares. Assim, embora gostasse da disciplina, percebi que o desempenho nem sempre evolui de forma linear. O importante é não deixar que os desafios que surgem ao longo do caminho afastem os alunos da matemática.

Trata-se de uma disciplina cumulativa, e quando perdemos o fio da meada, precisamos de apoio para retomar o percurso e seguir em frente. Nem todo estudante, porém, tem acesso a aulas particulares. Por isso, é fundamental que as escolas ofereçam oportunidades de reforço e

acompanhamento a quem enfrenta dificuldades.

Nessa trajetória, o professor desempenha um papel central na formação dos alunos. Em geral, quando a aula é boa ou quando criamos um vínculo com o docente, o interesse pelo conteúdo aumenta. A qualidade da formação dos professores também faz toda a diferença.

Nesse contexto, a Prova Nacional Docente (PND) representa um avanço na avaliação dos profissionais da educação. O exame, realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como objetivo auxiliar estados e municípios nos processos de seleção de professores.

Os resultados da edição de

2025 revelam um cenário preocupante. O Inep considera um professor com desempenho básico aquele que obteve, no exame, entre 50 e 69 pontos, e com desempenho adequado aquele que alcançou mais de 70 pontos. De acordo com os microdados disponibilizados pelo Inep, a média da nota geral na área de matemática (licenciatura), que engloba as provas objetiva e discursiva, foi de 48,8 pontos.

Analisando por estado, o Rio de Janeiro apresentou a maior média, de 53,9, enquanto Roraima registrou a menor, de 41,9. Cerca de 45% dos professores obtiveram entre 50 e 69 pontos, mas apenas 4,8% alcançaram nota superior a 70. O Rio de Janeiro tem o maior percentual de docentes nesse grupo, com 12,2%, enquanto no Acre

nenhum participante atingiu esse patamar. Entre os participantes do exame, 75% são mulheres, enquanto, na área de matemática, os homens representam 55% dos candidatos, o que evidencia a persistência das diferenças de gênero nessa área de formação.

Dos candidatos que realizaram o exame na área de matemática e preencheram essa informação, 33% cursaram licenciatura em área específica e 51,7% tiveram formação superior voltada à docência (pedagogia ou normal superior), ou seja, a maioria provavelmente não recebeu formação específica em matemática. Essa questão importa porque a formação do professor está diretamente associada ao desempenho dos alunos.

O artigo de Dayane Souza, Lu-

ciano Sampaio e Raquel Sampaio, “Does the Area and Learning Modality of Teacher Qualification Matter to Middle School Students Performance in Mathematics?”, que utiliza dados de estudantes da rede pública do 9º ano do ensino fundamental no Brasil, mostra que professores com formação em matemática, mesmo quando obtida na modalidade a distância, apresentam turmas com melhor desempenho do que docentes sem formação específica na área ou sem ensino superior.

O resultado geral da PND 2025 assusta, mas não surpreende. A questão é: quais medidas o poder público adotará com base nessas informações?

Precisamos melhorar a formação dos professores, desde os cursos de licenciatura até os de formação continuada, e colocar em sala de aula professores com formação na área. Sem professores bem preparados, dificilmente conseguiremos melhorar a aprendizagem em matemática e reduzir as desigualdades educacionais.

Dívida pesando ou caixa apertado?

Com o **Desenrola Brasil** no Banrisul, você encontra formas de reorganizar as finanças e seguir em frente, seja pessoa física ou empresa.



banrisul

NOVO **DESENROLA BRASIL**
SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

Entidades empresariais cobram atualização do Simples Nacional

/ TRIBUTAÇÃO

Jamil Aiquel
jamil@jcrs.com.br

A atualização das faixas de faturamento do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI) tornou-se uma pauta urgente do setor produtivo brasileiro e gaúcho. O debate central, guiado pelo avanço do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021 na Câmara dos Deputados, foca em corrigir uma grave distorção financeira: os limites de enquadramento do regime de tributação simplificada encontram-se congelados desde 2018.

Na última semana, lideranças empresariais e políticas se reuniram na sede da Fecomércio-RS, em Porto Alegre. O encontro mar-

cou o início dos trabalhos regionais da Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar o projeto, contando com a coordenação da deputada federal Any Ortiz e com a presença do relator da proposta, deputado Jorge Goetten.

Durante a reunião, foi oficialmente entregue aos parlamentares o “Manifesto pela Atualização Integral do Simples Nacional”. O documento conjunto, subscrito por dezenas de associações, sindicatos e federações de âmbito regional e nacional, como a Federação Varejista do RS, Sindha, CDLs, Abrasel e Fenacon, exige do Congresso Nacional prioridade absoluta na votação do projeto.

O documento propõe que, recompondo a inflação acumulada, os novos tetos anuais passem

de R\$ 81 mil para R\$ 145 mil no caso dos MEIs; de R\$ 360 mil para R\$ 870 mil para as Microempresas (ME); e de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,695 milhões para as Empresas de Pequeno Porte (EPP). Além disso, o documento defende a implementação de uma atualização anual e automática desses valores pelo IPCA, com o objetivo de evitar o surgimento de novas distorções no futuro.

Luiz Carlos Bohn, presidente do Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac e IFEP, foi enfático na defesa da medida, afirmando que as pequenas empresas são fundamentais para a saúde financeira do País.

A argumentação também é defendida com veemência pela Federação Varejista do RS. O presidente da entidade, Ivonei Pioner,



Setores apontam que defasagem da tabela onera empreendedores

evidenciou a dificuldade prática de administrar o aumento de despesas operacionais diante de um teto de faturamento considerado por ele engessado

“A atualização proposta busca apenas recompor a inflação acumulada no período, garantindo que micro e pequenas empresas possam continuar crescendo sem serem penalizadas por uma defa-

sagem que já não reflete a realidade econômica do País”.

O Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (SINDHA) também endossou a urgência da pauta. A vice-presidente da entidade, Raquel Baumbach, cobrou celeridade para a votação do projeto e reforçou que a medida trata apenas de justiça tributária.